

Boas dúvidas

José Nêumanne

O depoimento dos presidentes da Petrobrás, Ernesto Weber, do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, e da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, há uma semana, provou que nem tudo está perdido, no Brasil. O que teria ocorrido de tão importante nessa reunião, que, aliás, nem mereceu a atenção dos meios de comunicação de massa? A pergunta do leitor sensato tem razão de ser. Portanto, é necessário explicar um pouco.

Os três presidentes de estatais foram convocados para depor na comissão por iniciativa do senador Levy Dias (PTB-MS), indignado com o privilégio dos grevistas da Petrobrás, demitidos por justa causa, mas, depois, readmitidos. Se a greve foi considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho, se os petroleiros demitidos depredaram instalações da empresa, que pertence ao povo brasileiro, e não a seus funcionários, por que ser generoso com esses vândalos?

A dúvida do senador não foi esclarecida pelo presidente da Petrobrás, que não informou, sequer, quantos funcionários foram demitidos e quantos, readmitidos. A preocupação do senador é justíssima: a decisão de não punir tais funcionários torna os petroleiros praticamente imbatíveis na greve do próximo ano. E o País, certamente, vai parar, refém dos funcionários da Petrobrás.

A primeira notícia saída do depoimento é, portanto, má: dificilmente se dará jeito na Petrobrás. Não se pode dizer que o presidente Fernando Collor não tentou. Primeiro, ele nomeou para a presidência da maior estatal brasileira seu amigo Luiz Octávio da Motta Veiga, famoso xerife da moralidade na Comissão dos Valores Mobiliários. Mas Motta Veiga deixou o cargo, afinado com o corporativismo dos funcionários da Petrobrás, não com a linha do presidente da República. Eduardo Teixeira e Alfeu Valença, também, não conseguiram romper essa barreira corporativista. Ernesto Weber não se mostra, minimamente, preparado para a missão. Pelo que se viu na sessão da comissão, Weber é muito mais um funcionário de carreira da empresa do que o gestor do povo, em seu comando.

Mas, se, de um lado, o Brasil ficou sabendo que vai ser muito difícil, quase impossível, dar um jeito na Petrobrás, algumas novidades da reunião tomam o rumo oposto. Ao contrário de Weber, Lafaiete Coutinho demonstrou disposição para a tarefa, também muito difícil, quase impossível, de furar o bloqueio do corporativismo do Banco do Brasil, tão grande que só pode ser comparado com o da Petrobrás.

O discurso do presidente do Banco do Brasil foi claro, sensato e sincero. Em nenhum momento enfrentou, de peito aberto, as mazelas corporativistas de seus funcionários e da diretoria, sob seu comando, é verdade. Mas seu estilo diplomático não escondeu, sob o véu da retórica ou mesmo da ignorância explícita, como foi o caso de Weber, nenhum desses males. Nos anais do Senado, o de-

poimento de Lafaiete deve ser o mais completo strip-tease, de que se tem notícia, de uma estatal do porte do Banco do Brasil, feito por seu próprio presidente.

Álvaro Mendonça comportou-se na mesma linha. Não criticou atitudes dos servidores da Caixa Econômica Federal, mas forneceu aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado dados suficientes para que a sociedade tome conhecimento das distorções existentes em sua administração. Ele contou, por exemplo, que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil não têm condições de contratar executivos de alto nível, por não disporem de uma política salarial à altura da remuneração média do mercado. Em compensação, os funcionários subalternos ganham em níveis exagerados, comparados com os dos competidores. À primeira vista, essa distância curta entre os maiores e os menores salários pode parecer fruto de uma benemérita justiça social. No mundo real do capitalismo, contudo, resulta de uma mentalidade corporativista, capaz de tornar a contabilidade das empresas um tormento para seus proprietários, ou seja, o povo brasileiro.

O responsável pela convocação dos três dirigentes de estatais manifestou, em palavras candentes, a boa impressão causada pelos discursos de Lafaiete e Álvaro, chegando a classificar a sessão de "histórica". Provavelmente o senador Levy Dias tenha razão, também por outro motivo. A maioria dos senadores presentes apoiou as políticas menos brandas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, em relação aos funcionários que abusaram do direito de greve. Esses parlamentares, também, não saíram convencidos de que a "generosidade" da Petrobrás é um bem para o Brasil. As exceções ficaram por conta do PT de Eduardo Suplicy, é claro, e do ex-governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, que fez apelos patéticos para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não descontarem as horas paradas dos grevistas, fazendo-os substituí-las por horas trabalhadas.

Quem conhece a alienação do parlamentar brasileiro, de um lado, e, de outro, a força de pressão lobista dos funcionários de empresas públicas (traduzida na letra da própria Constituição vigente) só tem motivos para se surpreender com esses comportamentos. Trata-se de uma novidade suficientemente forte para suscitar, pelo menos, duas questões: será que existem dirigentes de estatais capazes de enfrentar, como representantes do acionista majoritário, o povo brasileiro, a voracidade corporativista de seus servidores? E melhor ainda: será que os políticos brasileiros começam a compreender que estão no Parlamento para representar a sociedade como um todo e não as associações dos empregados das empresas estatais? Se aquela reunião serviu, pelo menos para incutir essas dúvidas, já merece, mesmo, a alcunha de "histórica".